

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.163 - RO (2019/0345678-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : VALDEMAR DE SOUZA DA SILVA
ADVOGADOS : MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO003208
KETLLEN KEITY GOIS PETTENON - RO006028
RECORRIDO : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A
ADVOGADO : ALINE SUMECK BOMBONATO - RO003728

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TRANSPORTE AÉREO. 1. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. 2. DANO MORAL. CANCELAMENTO DE VOO. CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS ADVERSAS. ALTERAÇÃO DA MALHA AÉREA. FORTUITO EXTERNO COMPROVADO. RESPONSABILIDADE AFASTADA. REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. 4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Na origem, Valdemar de Souza da Silva ajuizou ação de indenização por danos morais contra GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A., tendo em vista atraso no voo que partiria de Porto Velho/RO para São Paulo/SP com conexão em Brasília/DF, previsto para o dia 28/11/2014, à 1h30, sem que houvesse nenhuma justificativa. Afirmou ainda que aguardou, por mais de 8 (oito) horas, a efetivação do embarque, o que lhe gerou angústia, desgaste físico e psicológico, sendo que tinha um cruzeiro marcado para o dia seguinte, além disso, a chegada se deu em destino diverso do que foi contratado. Pugnou, assim, pela condenação da ré ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, assim como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação (e-STJ, fls. 180-183).

Interposto recuso de apelação pela requerida, a Segunda Câmara Cível do

Tribunal de Justiça de Rondônia decidiu, por unanimidade, dar provimento ao apelo, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 255):

Apelação cível. Atraso de voo. Razões climáticas. Força maior. Excludente de culpabilidade. Dano moral não configurado. Recurso provido.

Aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor na relação entre passageiro e companhia aérea, referentes à prestação dos serviços.

O atraso do voo justificado pelas más condições climáticas é fato alheio à vontade da companhia aérea, que corroborado com a devida reacomodação e assistência do passageiro até seu destino final, não resulta em dano material ou moral indenizável.

Em suas razões, o recorrente, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação aos arts. 5º, V, X e LV, da CF/1988; 186 e 927 do CC/2002; 373, I, do CPC/2015; e 14 do CDC, sustentando, com amparo na aplicação do Código de Defesa do Consumidor, falha na prestação do serviço, assim como a responsabilidade objetiva da empresa aérea, pois, ainda que o cancelamento do voo tenha sido decorrente de questões climáticas, cabe a condenação da recorrida ao pagamento de danos morais pelos danos causados, por terem ultrapassado meros dissabores.

Aduz ainda que os documentos apresentados pela recorrida são provas unilaterais e não comprovam nenhuma assistência que lhe foi prestada.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 284-299).

O processamento do apelo especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 301-302).

Brevemente relatado, decido.

De início, no tocante à ofensa ao art. 5º, V, X e LV, da Constituição Federal, cabe salientar que a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de eventual ofensa a dispositivos e princípios constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Ademais, na hipótese dos autos, o Tribunal de origem reformou a sentença e

afastou a responsabilidade da empresa aérea e o consequente dever de indenizar o recorrente pelos alegados danos que lhe foram causados, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 254-255 - sem grifo no original):

Alega a apelante a inexistência de dever de indenizar por eventuais danos morais suportados pelo apelado, em razão do atraso no horário do voo, ante eventual ocorrência de excludente de ilicitude (condições climáticas desfavoráveis) concernente de força maior ou caso fortuito. No entanto, a questão posta em análise, a meu ver, não extrapolou o ordinário, considerando que o transporte aéreo está sujeito às condições fortuitas, climáticas e alheias à vontade de ambas as partes. **A empresa informou que o embarque não foi possível devido ao mau tempo em Porto Velho, tendo oferecido voucher de alimentação (fl. 313) e realizou reacomodação deste no próximo voo disponível.**

Conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, inclusive em casos de extravio de bagagens, cancelamento e atrasos de voos, adequação da malha aérea, subordina-se ao Código do Consumidor, ensejando responsabilidade objetiva do transportador.

A apelante juntou relatórios meteorológico que atestam o mau tempo em Porto Velho na data do voo do apelado (fl. 121), bem como as providências tomadas com os passageiros, quais sejam, providenciaram os vouchers de alimentação e relocaram o passageiro no próximo voo disponível.

Ainda que a acomodação em outro voo, bem como a chegada no destino final tenha sido superior a 4 horas, não há que se falar em danos morais, uma vez que a causa dos transtornos se deu por conta de caso fortuito, sendo uma excludente de responsabilidade.

Ademais, tendo a companhia aérea prestado toda a assistência necessária, realocando os passageiros para o próximo voo, não há o que se falar em falha na prestação de serviço que ensejaria dano moral indenizável.

(...)

Destaco, ainda, que o atraso do voo não fez com que o apelado não conseguisse embarcar no cruzeiro no Porto de Santos no outro dia às 9 horas.

Dessa forma, entendo que a condenação da apelante ao pagamento de indenização no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) em favor do apelado deve ser afastada.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido indenizatório. Em consequência, condeno o apelado ao pagamento das custas processuais e o condeno ao pagamento de 10% de honorários advocatícios sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, com observância do art. 98, §3º, do CPC.

Como se depreende das razões expendidas pelo acórdão, o cancelamento do voo que causou os transtornos de ordem moral ao agravante decorreu de fortuito externo alheio ao controle da agravada – reorganização da malha aérea em face das condições climáticas adversas – descaracterizando, assim, a sua responsabilidade pelo evento danoso e, por consequência, excluindo o dever de indenizar.

Nesse contexto, a inversão de entendimento, para fins de se acolher a tese lançada pelo agravante quanto à responsabilização da companhia aérea, demandaria o inevitável revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte Superior.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. TRANSPORTE AÉREO. CANCELAMENTO DE VOO. FORTUITO EXTERNO COMPROVADO. DANO MORAL NÃO VERIFICADO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO *QUANTUM* FIXADO. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, tampouco a interpretação de cláusulas contratuais, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.
2. No caso concreto, o Tribunal de origem, com base nos elementos fáticos dos autos, concluiu que não foi comprovado ato ilícito da primeira recorrida e que a responsabilidade da segunda recorrida seria afastada pela ocorrência de força maior. Alterar tais conclusões demandaria reexame de prova, inviável em recurso especial.
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AREsp nº 851.703/RJ, Relator Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, DJe 2/5/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANO MORAL. ADMISSIBILIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ATRASO NO VOO. CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS DESFAVORÁVEIS. REVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. Para o acolhimento da tese de configuração do dano moral seria imprescindível exceder os fundamentos do acórdão vergastado e adentrar no exame das provas, o que é vedado em sede de recurso especial a teor do Enunciado nº 7, do Superior Tribunal de Justiça. [...]

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1.203.259/RJ, Relator o Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, DJe de 13/12/2012 - sem grifo no original)

Outrossim, tendo em vista os precedentes apontados nas razões recursais, a fim de demonstrar divergência com o acórdão recorrido, impende registrar que não se pode conhecer do recurso nesse ponto, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea *a*, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor atualizado da causa, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida ao recorrente.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator